



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ----- VARA DA COMARCA DE ---

Referente ao Inquérito Civil nº -----.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, pelo Promotor(a) de Justiça signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro na Constituição Federal (artigo 129), na Constituição Estadual (artigo 97, inciso III), na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 8.625/93 - artigo 25, inciso IV, alíneas 'a' e 'b'), na Lei Complementar Estadual nº 13/91 e na Lei Federal nº 7.347/85, em seu artigo 1º, inciso IV, e no Código de Processo Civil, **vem, perante Vossa Excelência, propor**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

em face do Município de -----, com sede na -----, -----
-----/MA, representado por seu Prefeito(a) -----, pelas razões de fato e de direito a seguir escandidas:

I – OBJETO DA DEMANDA

O Município de ----- não possui um serviço de controle interno, voltado à defesa do erário, sem cargos técnicos e administrativos, conforme se verá.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Diante disso, foi instaurado o procedimento investigatório em epígrafe no âmbito desta Promotoria de Justiça, no bojo do qual se obteve as seguintes informações:

**DESCREVER A SITUAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL LOCAL
OU EQUIVALENTE**

Nesse contexto, foi expedida a Recomendação nº ----- (fls. ----), para que o Prefeito Municipal criasse, por lei, tal Controle Interno, com os cargos necessários à consecução de seus objetivos, convocasse e realizasse concurso público para preenchimento de tais cargos, efetuando, por fim, a posse dos aprovados.

Entretanto, não houve resposta **(ou descrever a situação prática).**

Por outro lado, encaminhou-se minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (fls. ----), sendo que o prazo de resposta passou *in albis* **(ou descrever a situação prática).**

Diante desse quadro não há outra medida a ser tomada que não a regularização dessa situação por meio desta ação obrigacional.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Cabe ao Tribunal de Contas do Estado fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e do Município, das normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do regimento interno (inciso X, art. 1º, da Lei Orgânica do TCE/MA).

Por outro lado, incumbe à Corte de Contas, ainda, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, bem como realizar outras fiscalizações ou exercer outras atribuições previstas em lei, nos termos do art. 1º, incisos XVII e XXIII, da Lei Estadual nº 8.258/2005.

Há necessidade de cumprimento de modo satisfatório pelo município das obrigações constantes dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, do art. 80 da Constituição do Maranhão, dos arts. 76 a 80 da Lei Ordinária Federal nº 4.320/64, **instituindo e mantendo em funcionamento órgão central de coordenação do sistema de controle interno municipal.**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

A estruturação de referido órgão com cargos em comissão, demissíveis *ad nutum* e sujeitos a interferências do Chefe do Executivo, afronta os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência.

O sistema de controle interno tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, estando inclusive seus responsáveis sujeitos a responsabilidade solidária por qualquer irregularidade ou ilegalidade de que venham a tomar conhecimento caso não deem ciência ao respectivo Tribunal de Contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em seu art. 54, parágrafo único, a obrigatoriedade da participação do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal.

A implantação de um órgão de controle interno, dotado de servidores efetivos concursados, possibilitaria melhor acesso do Ministério Público e do Tribunal de Contas ao conhecimento de eventuais ilicitudes.

III – DOS PEDIDOS:

Estando comprovada, com razões de fato e de direito, a ilegalidade da inexistência de um serviço de controle interno no Município de -----, requer o Ministério Público:

- a) seja a presente recebida, autuada e processada na forma do art. 19 da Lei nº 7.347/85;
- b) seja dispensado o pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, desde logo, à vista do disposto no artigo 18 da Lei nº 7.347/85, aplicado subsidiariamente;
- c) a citação dos requeridos, já qualificados na exordial, para, querendo, contestarem o presente pedido, no prazo de quinze dias, sob pena de confissão e revelia;
- d) seja, em tempo razoável, determinada a criação de cargos de apoio técnico e administrativo, de natureza efetiva, na quantidade necessária a atender a demanda do órgão, bem como, após sua efetivação, que seja



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

realizado imediatamente concurso público para preenchimento de tais cargos;

e) seja o requerido condenado ao pagamento das custas processuais;

Requer, finalmente, provar o alegado por meio de todas as provas admitidas em nosso ordenamento jurídico, especialmente documental, pericial, testemunhal, depoimento pessoal dos requeridos e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução.

Dá-se à causa o valor de -----.

Termos em que
Espera Deferimento.

----- /MA, --- de ----- de 201--.

Promotor(a) de Justiça